

# Caiado impede acordo para capítulo da reforma agrária



Parlamentares se reúnem no gabinete do senador Mário Covas para negociar acordo sobre o Capítulo da Reforma Agrária

Da Sucursal de Brasília

A intransigência do presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, foi a principal responsável pelo fracasso das negociações sobre reforma agrária e pelo confronto de ontem no plenário do Congresso constituinte. Caiado em nenhum momento abandonou o dogma de que a propriedade produtiva não pode ser desapropriada, mesmo que não cumpra sua função social. Conseguiu unir todo o Centrão a favor de sua tese.

Durante os últimos dois dias de negociações ininterruptas no gabinete do senador Mário Covas, Caiado e um grupo de líderes rurais recusaram sucessivamente todas as propostas de acordo surgidas no âmbito das lideranças partidárias. A última foi a do deputado José Lins (PFL-CE), um dos negociadores do próprio Centrão.

#### Meio-termo

A proposta José Lins tentou um meio-termo. Por ela, ficaria "insuscetível" de desapropriação a propriedade produtiva, desde que "sujeita ao cumprimento de exigências mínimas complementares", nos termos de artigo anterior, já aprovado, que definia a função social da propriedade.

A redação de Lins abrandou o texto defendido pela esquerda e por Covas. Este dizia que seria "insuscetível" de desapropriação "a propriedade produtiva, assim definida em lei, que cumpra sua função social". O cumprimento da função social exige quatro itens simultâneos: aproveitamento racional da terra, respeito ao meio-ambiente, respeito às relações trabalhistas e exploração da terra de modo que "favoreça o bem-estar de proprietários e trabalhadores".

#### "Mesma coisa"

Quando recebeu o texto de Lins, Caiado fulminou: "Isso e função social é a mesma coisa." Referia-se ao esforço da UDR e dos líderes rurais de desvincular numa mesma frase a "propriedade produtiva" ao "cumprimento da função social", para efeito de reforma agrária. "É a mesma coisa que dizer 'Maria é feia' e trocar por 'Maria é menos bonita'". O deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) apoiou: "a propriedade cumpre a função social produzindo".

Instalado no fundo o plenário que antecede a sala de Covas, Caiado, Flávio Telles de Menezes e dezenas de fazendeiros e lobistas eram consultados à medida que surgiam mudanças na mesa de negociação. Telles de Menezes aumentou o clima de confronto ao dizer que a proposta de Lins não poderia incluir qualquer tipo de "exigência mínima" para a terra produtiva. "Isso não é acordo é um balão de ensaio".

As 16h, Caiado abandonou o gabinete de Covas e convocou seus correligionários para ocuparem o



Ronaldo Caiado (à esq.) conversa com Ricardo Fiuza (PFL-PE)

plenário. "Vamos votar, vamos votar" — afirmou. Seu objetivo era encerrar as tentativas de acordo e levar o plenário a aprovar o texto-base do Centrão sobre a reforma agrária. Os parlamentares, entretanto, ainda insistiram na negociação. O clima de confronto só se instalou definitivamente às 18h35.

#### Negociadores

O núcleo mais duro de negociadores do Centrão, afinado com a posição da dupla Caiado-Telles de Menezes, foi formado pelos deputados Alysson Paulinelly (PFL-MG), Rosa Prata (PMDB-MG), José Egreja (PTB-SP) e Bonifácio Andradá (PDS-MG). "Nós somos representantes dos produtores, como o Lula (Luís Inácio da Silva, presidente do PT) é representante dos trabalhadores", disse Egreja, a respeito da UDR.

Percebendo este quadro, a tática dos partidos de esquerda e dos líderes do PMDB foi a de dividir o Centrão entre o bloco moderado, favorável à negociação, e o grupo do confronto.

A tentativa foi isolar Caiado de seus aliados no Centrão. "Os radicais de esquerda e direita estão contra o acordo, mas neste momento quem está mais é a direita", disse o senador José Richa (PMDB-PR), sobre Caiado.

Richa ocupou uma posição intermediária nas negociações, juntamente com o deputado José Maria Eymael (PDC-SP) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que não têm posições de esquerda e não são do Centrão. Tentaram ganhar para a tese da negociação os líderes mais moderados do Centrão, como José Lins, o deputado Gérson Peres (PDS-PA), o senador Albano Franco (PMDB-SE) e o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS).

O ambiente de radicalização, porém, perturbou as negociações. "O clima é emocional", disse o deputado Geraldo Aleckmin (PMDB-SP) sobre as negociações. "O problema é que a reforma agrária é um grande palanque para todos os lados", emendou o senador José Richa. Até

uma parlamentar experiente como Sandra Cavalcanti perdeu a paciência. "Onde já se viu garotinho querendo botar o dedo no meu nariz? Está para nascer um", disse ela, sobre um das dezenas de agressivos "agrobóys", os elegantes, jovens e ricos filhos de fazendeiros espalhados pelo gabinete de Covas.

A negociação, na prática, emperrou há três dias porque estão em jogo duas questões de princípio. A UDR e a maioria do Centrão não admite em qualquer hipótese a desapropriação de terra produtiva. A esquerda e os líderes do PMDB exigem que a propriedade produtiva cumpra sua função social para não ser desapropriada.

A discussão virou em grande parte um exercício de semântica. A proposta do moderado José Lins, ao estabelecer "exigências mínimas" em lugar de "função social" para a propriedade produtiva buscou apenas encontrar uma fórmula aceitável para a direita mais radical. "Foi só um amaciamento de linguagem" — disse o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), da esquerda do PMDB.

Caiado contratou rapidamente, nos mesmos termos. Recebida a proposta "macia" de Lins, prancou-se com seus assessores e propôs um novo texto, pelo qual a propriedade produtiva não pode ser desapropriada, mas isto "não exige o proprietário do cumprimento das exigências mínimas complementares". A esquerda também não aceitou o texto, e o impasse persistiu.

No início da noite, o deputado do Centrão Gérson Peres (PDS-PA) tentou outra proposta. Seu texto diz que lei posterior "garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, fixando prazos e normas para cumprimento das exigências mínimas relativas à função social". Também não foi aceita. A esquerda não quis discutir prazos para uma propriedade regularizar as funções sociais eventualmente não c Como não foi possível se delimitar um acordo, todos acabaram concluindo que a questão seria resolvida em plenário.

Polêmica sem pé nem cabeça

GOUGON/SPACCA